EXECELENTÍSSIMO SENHOR(A) DOUTOR(a) DELEGADO(a) DE POLICIA DA CIDADE DE FLORIANOPOLIS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Wolney Anderson Isidoro, brasileiro, solteiro, Administrador, gerente de marketing, Corretor de Imóveis, Filho de Vanderlei Isidoro, proprietário da marca registrada 'Dimovesc' em INPI. Residente e domiciliado na Rua Nossa senhora da Rosa Mística, Vargem do braço, santo Amaro da Imperatriz, CEP: 88140-000, ex-funcionário, comprovado nos autos do processo do Tribunal Regional do Trabalho.

Venho à presença do Excelentíssimo Sr(a), mesmo que a distância, propor:

MANDADO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO DE VIOLAÇAO DE DIREITO AUTORAL

Art. 184 código penal - Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:
Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

Art. 190 DA LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996

Comete crime contra registro de marca quem, expõe à venda:
I - produto assinalado com marca ilicitamente reproduzida ou imitada, de outrem, no todo ou em parte.

Contra:

Edu Queiroz Neves NetoCPF***535401** e Felipe Paniago Lopes ***326531** da empresa OBVIO BRASIL SOFTWARE E SERVICOS LTDA cnpj: 13.114.403/0001-03 com sede:
Rua Florida, 1595 - Andar 6 Conj 61 - CIDADE MONCOES - SAO PAULO – SP – cep:04565-001

Com base no artigo ,184 (violação de Direito Autoral), 301 e 302 do código penal pelos fatos "I." Narrados a seguir :

COM BASE NO CODIGO PENAL BRASILEIRO

Artigos:

Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja, encontrado em flagrante delito.

I. DOS FATOS

A empresa Obvio brasil (Reclameaqui.com.br) publica anúncios de empresas em sua plataforma de reclamações e difamação na internet. Em pesquisa na internet sobre a marca registradada "dimovesc" . Os internautas são direcionados a página de difamação online https://www.reclameaqui.com.br/empresa/dimovesc/ (arquivado em https://archive.ph/0tBFZ).

A empresa obvio brasil apropria-se da marca dimovesc para vincular anúncios do google adsense em sua plataforma com provas comprobatórias a seguir :

O Google AdSense é uma maneira de os editores ganharem dinheiro com conteúdo on-line. Ele relaciona anúncios ao seu site com base nos visitantes e no conteúdo disponível. Os anúncios são criados e pagos pelos anunciantes que querem promover produtos e serviços de empresas.

(https://support.google.com/adsense/answer/6242051?hl=pt-BR , arquivado em https://archive.ph/wip/15Xmi)

A imagem a seguir comprova a apropriação da marca "Dimovesc" em anúncios em sua plataforma de difamação online Reclameaqui.com.br :

07:53

aqui.com.br/empresa/dimovesc/

G

googlesy...

Adicionar Editar

Dimovesc

Há 8 anos no RA + 3 mil visualizações

Reclamar

Início Reclamações Sobre Principais Problema

Ambiente e Sustentabilidade

Dinamismo para viver seu momento.
Inovação para garantir seu futuro.

FGV Visitar site >

Publicidade

Ah! No Reclame AQUI, empresas ruins, não recomendadas e em análise não são anunciadas.

Caso veja alguma, não deixe de nos avisar: auditoria@reclameaqui.com.br

No dia 7 de abril de 2021 foi solicitado por email, ao departamento jurídico da empresa Obvio brasil (reclameaqui.com.br) a remoção da url em que a empresa não está autorizada a publicar e utilizar a marca registrada "Dimovesc" :

Gmail

Dimovesc Loja <dimovescloja@gmail.com>

Remoção de url - LGPD - Lei de proteção de dados

Dimovesc Loja <dimovescloja@gmail.com> 7 de abril de 2021 17:32
Para: juridico@reclameaqui.com.br, adrian.silva@reclameaqui.com.br

Boa tarde

Antes de entrarmos no mérito , gostaria de prestar minha solidariedade pelo falecimento de Maurício Vargas , fundador da plataforma reclemaqui.com.br .

Em resposta ao seu último e-mail sobre a negativa de remoção da url (https://www.reclameaqui.com.br/empresa/dimovesc/) .

A empresa que voce representa, ao citar o meu nome Dimovesc(R) , marca registrada em publicação, sem a minha autorização, viola o meu direito de imagem, consagrado e protegido pela Constituição Federal da República de 1988 e pelo Código Civil Nacional de 2002.
- Arte. 20. Excepto se autorizado, ou se necessário à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, exposição ou utilização da imagem de uma pessoa podem ser proibidas, a seu pedido e sem prejuízo da indemnização que possa ser devida, se afetarem a sua honra, boa fama ou respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.
Além disso, a Constituição Federal de 1988, no ponto X do artigo 5º, estabelece que
- intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas são invioláveis, garantido o direito à indemnização por danos materiais ou morais resultantes da sua violação.

Arte. 55-J. Compete à ANPD: (Medida Provisória n.º 869, de 2018)
I - zelar pela protecção dos dados pessoais, nos termos da legislação;
V - considerar as petições do titular contra o responsável pelo tratamento depois de o titular provar que uma queixa ao responsável pelo tratamento não foi resolvida dentro do prazo estabelecido no regulamento;
XVII - assumir, em qualquer momento, um compromisso com os agentes de tratamento para eliminar irregularidades, insegurança jurídica ou situação litigiosa no âmbito de processos administrativos, de acordo com as disposições do Decreto-Lei 4657 de 4 de Setembro de 1942;

Art. 3 da Lei 4.657: Ninguém pode desculpar-se do cumprimento da lei, alegando que não a conhece.

Art. 55-K. A aplicação das sanções previstas nesta Lei compete exclusivamente à ANPD, e as suas competências prevalecerão, no que respeita à protecção de dados pessoais, sobre as competências correlacionadas de outras entidades ou organismos da administração pública;

§ 5º O produto da cobrança das multas aplicadas pela ANPD, inscritas ou não na dívida activa, será destinado ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos a que se refere o art. 13 da Lei n.º 7.347, de 24 de Julho de 1985, e Lei n.º 9.008, de 21 de Março de 1995.

Neste sentido . Solicito que remova do servidor o endereço url

https://www.reclameaqui.com.br/empresa/dimovesc/

Considere também :

A Lei da Propriedade Industrial (LPI - 9.279/96), no capítulo III do título V, determina as sanções previstas contra o registo de marcas, que podem ser a detenção de três meses a um ano ou o pagamento de uma multa.

Se tiver alguma dúvida sobre o registo da marca Dimovesc(R) Pesquise em https://busca.inpi.gov.br/ .
A empresa que você representa (obvio brasil) não está autorizada a citar a marca registrada .

Sobre a negativa de remoção:

https://mail.google.com/mail/u/0/#search/juridico%40reclameaqui.com.br/QgrcJHrhwMCrwLWNXhnl

juridico@reclameaqui.com.br

1 de 2

A Lei da Propriedade Industrial (LPI - 9.279/96), no capitulo III do titulo V, determina as sanções previstas contra o registo de marcas, que podem ser a detenção de três meses a um ano ou o pagamento de uma multa.

Se tiver alguma dúvida sobre o registo da marca Dimovesc(R) Pesquise em https://busca.inpi.gov.br/ .
A empresa que você representa (obvio brasil) não está autorizada a citar a marca registrada .

Obrigado pela vossa paciência, tenha um bom trabalho .

Adrian Silva qua., 7 de abr. 18:02

para Bruna, mim, Jurídico

Boa tarde,

Agradeço a solidariedade.

Compreendo sua solicitação, contudo, conforme explicado pela Bruna, utilizamos o nome comercial da empresa, este totalmente público, conforme exigido pela legislação vigente.

As legislações mencionadas têm o intuito de proteger direitos pessoais, ou seja, de pessoas físicas e não são aplicáveis às personalidades jurídicas, além de as informações apresentadas serem totalmente públicas. A lógica é a mesma utilizada por qualquer site, como google ou facebook e até mesmo sites de notícias.

Cumpre esclarecer que qualquer cidadão tem o direito de se expressar e mencionar sua marca publicamente, respeitados os limites da liberdade de expressão. O cadastramento de empresas em nossa plataforma não depende de aprovação ou aceitação da empresa pois as informações utilizadas são 100% públicas e tem como único objetivo operacionalizar o exercício do direito de resposta das empresas, tema já reconhecido amplamente pelo poder judiciário, o que naturalmente possibilitou a existência não somente do site reclame aqui, mas de qualquer outro.

Conforme explicações acima, não é possível realizar a deleção de sua página no site reclame aqui.

Atenciosamente,

Adrian Silva
Head of Legal
adrian.silva@reclameaqui.com.br

Do acordo de Paris de 1967 - DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 1974 - CONVENÇÃO DE PARIS PARA A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL de 20 de março de 1883 .

Art 10 – bis

3- Deverão proibir-se especialmente:

1- Todos os atos suscetíveis de qualquer meio, estabelecer confusão com o estabelecimento, os produtos ou a atividade industrial ou comercial de um concorrente.

2) A proteção da propriedade industrial tem por objeto as marcas de fábrica ou de comércio, as marcas de serviço, o nome comercial e as indicações de proveniência ou denominações de origem.

Os anúncios de publicidade do google adsense, utilizados na plataforma de difamação online "reclameaqui.com.br" infringe a regulamentação da lei de marcas e patentes. Ao publicar (imprimir em tela anúncios) publicidade em pesquisa sobre a marca registrada "dimovesc".

II. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

A) A concessão do benefício da Justiça Gratuita, em conformidade com o art. 3º da lei 1060/50 e art. 185, §3º, do CPC.

B) A citação da autarquia Ré, na pessoa do seu representante legal, no endereço retro mencionado, usando-se para as diligências citatórias e intimatórias, para contestar a presente ação no prazo legal, sob pena de revelia e de serem reputados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor;

C) **MANDADO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO DE VIOLAÇAO DE DIREITO AUTORAL**

Art. 184 código penal - Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:
Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

Art. 190 DA LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996

Comete crime contra registro de marca quem, expõe à venda:

I - produto assinalado com marca ilicitamente reproduzida ou imitada, de outrem, no todo ou em parte.
D) citação da ANPD para Aplicação de multa prevista em lei LGPD e Marco civil da internet .

Termos em que, pede deferimento.

Wolney Anderson Isidoro

Santo amaro da Imperatriz, 5 de Maio de 2021.

Registro na Delegacia de Polícia Civil do Estado de Santa Catarina por Violação de Direito Autoral em 01/05/2021.

1932238_01_05_2021_23_02_32.pdf - Foxit Reader

Relato Individual: BO de Dano: Wolney Anderson Isidoro, brasileiro, solteiro, Administrador, gerente de mar
Imóveis, portador do RG sob nº [redacted] SSP SCe do CPF sob nº [redacted], Filho de Vanderlei Isidoro, pr
registrada 'Dimovesc' em INPI. Residente e domiciliadona Rua Nossa senhora da Rosa Mística, Vargem do bra
Imperatriz, CEP: 88140-000, ex-funcionário, comprovado nos autos do processo do Tribunal Regional do Trabalho.
Excelentíssimo Sr(a), mesmo que a distância,propor:MANDADO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO DEVIO
AUTORALArt. 184 código penal-Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:Pena –detenção, de 3 (três) mes
multa.Art. 190 DA LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996Comete crime contra registro de marca quem, expõe
assinalado com marca ilicitamente reproduzida ou imitada, de outrem, no todo ou em parte.Contra:E
NetoCPF***535401** e Felipe Paniago Lopes***326531**da empresa OBVIO BRASIL SOFTWARE E SE
13.114.403/0001-03 com sede: Rua Florida, 1595 -Andar 6 Conj 61 -CIDADE MONCOES -SAO PAULO –SP –cep:045
artigo ,184 (violação de Direito Autoral), 301 e 302 do código penal pelos fatos "II." Narrados a seguir :COM BAS
BRASILEIRONº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 Artigos: Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades pol
deverão prender quem quer que seja,encontrado em flagrante delito.Art. 302. Considera-se em flagrant
Éencontrado, logo depois, com instrumentos, papéis que façam presumir ser ele autor da infração. A em
(Reclameaqui.com.br) publica anúncios de empresas em sua plataforma de reclamações e difamação na intern
internet sobre a marca registradada "dimovesc" . Os internautas são direcionados a página de
https://www.reclameaqui.com.br/empresa/dimovesc/(arquivad - Caracteristicas do(s) Suspeitos(s):
Outras Informações: • O comunicante assume inteira responsabilidade pelas informações prestadas no relato des
estar ciente de que a falsidade no transcrito acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Art. 299 do Có
Decidir posteriormente sobre o direito de representação ou queixa, estando ciente de que o prazo para oferecer a
queixa é de 06 (seis) meses, contados da data do fato ou da data em que vier a saber quem é o autor do fato.

BENS/OBJETOS

▪ **Documento - Documento de identificação - Outro documento de identificação** (Outro envolvimento)

Número: Não informado | Outras informações: Wolney Anderson Isidoro, brasileiro, solteiro, Administrador, gerer
Corretor de Imóveis, portador do RG sob nº [redacted] SSP SCe do CPF sob nº [redacted], Filho de Vanderlei Isido
marca registrada 'Dimovesc'
WOLNEY ANDERSON ISIDORO (Proprietário)

ATENDENTES

DIEGO QUERINO PFLEGER (AGENTE DE POLICIA CIVIL)

Via impressa pela internet